



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
4ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA: MILTON VASQUES THIBAU DE ALMEIDA**



**Lei de Criação: Lei 3.492 de 18/12/1958  
Data da instalação: 18/01/1960**

**Jurisdição: Belo Horizonte.**

**Edital de Correição publicado no D.E. da Justiça do Trabalho em 15/09/2010, p. 2.**



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

**ATA DE CORREIÇÃO**

Às 08h15min do dia vinte de setembro de 2010, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **Luiz Otávio Linhares Renault**, deu início à Correição Ordinária na 4ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Rua Mato Grosso, 468 – 6º andar – Barro Preto, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Cácio Oliveira Maciel**; pela MM. Juíza do Trabalho Auxiliar, Dra. **Ana Livia Ribeiro Teixeira Martins**; pela Diretora de Secretaria, Sra. Cristiane Vasconcelos Lavigne; pelos servidores Alessandra Pinho Brito, Carlos Eduardo Mota Correa, Desiree Rocha dos Santos Silva (**servidora mais antiga do TRT nesta Vara, tendo ingressado em 02/02/1981**), José Alcides Moreira Gabriel, Lucimara dos Santos Cordeiro, Maria Aparecida Ferreira, Mauro Lúcio Pereira Santos, Roberto Rodrigues Rosa, Samuel de Oliveira Pinto Silva, Sandra Alice Correa Huber e Waner Dias Paulo Cruz; pelos estagiários Edmar D'Aparecida Ferreira, Glauco Mayrinck Cunha e por Reginaldo Gonzaga de Brito, funcionário da FENEIS. Ausentes o MM. Juiz do Trabalho, Dr. Milton Vasques Thibau de Almeida, em razão de convocação no Tribunal e a servidora Ana Beatriz Martins Domingues, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Corregedor examinou:

**1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:**

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMATÓRIAS** – Do mencionado protocolo, consta o registro de 1.368 (mil e trezentos e sessenta e oito) processos distribuídos até a presente data, média de 8,29 (oito vírgula vinte e nove) processos por dia útil.

**1.2. PAUTA** – As audiências dos processos submetidos ao rito sumaríssimo e ao rito ordinário, bem como as audiências em prosseguimento da instrução estão sendo designadas, segundo dados do dia 20/09/2010, extraídos do mapa de horários do sistema informatizado da Secretaria, conforme abaixo relacionadas:

- a) **rito sumaríssimo:** 30/09/2010;
- b) **rito ordinário:** 04/10/2010;
- c) **prosseguimento da instrução:** 25/11/2010.

**1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 249 (duzentas e quarenta e nove) cartas precatórias até a presente data, neste exercício, das quais 207 (duzentas e sete) foram devolvidas para os Juízos Deprecantes.

**1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS** – A Vara expediu 180 (cento e oitenta) cartas precatórias até a presente data, neste exercício, das quais 112 (cento e doze) foram devolvidas pelos Juízos Deprecados.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

**1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 292 (duzentos e noventa e dois) autos de processos na Instância Superior, sendo que destes 193 (cento e noventa e três) processos foram remetidos no presente exercício, até esta data.

**1.6. CARGA PARA O(A) MERITÍSSIMO(A) JUIZ(A) DO TRABALHO** – Há 26 (vinte e seis) autos de processos com carga, todos no prazo legal.

**1.7. CARGA PARA ADVOGADOS** – Existem 107 (cento e sete) autos de processos com carga, das quais 15 (quinze) vencidas e cobradas.

**1.8. CARGA PARA PERITOS** – Constatam 40 (quarenta) autos de processos com carga, das quais 3 (três) vencidas e cobradas.

**1.9. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constatam 1.152 (mil cento e cinquenta e dois) mandados expedidos no ano em curso, dos quais 38 (trinta e oito) pendentes de cumprimento, sendo 1 (um) fora do prazo (00903/10 referente ao processo 00869/98), devidamente cobrado pela Secretaria.

**1.10. REMESSA AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS** – Há 6 (seis) autos de processos com carga para a Diretoria da Secretaria de Cálculos Judiciais, todos dentro do prazo.

**1.11. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** – Existem 834 (oitocentos e trinta e quatro) processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 678 (seiscentas e setenta e oito) execuções trabalhistas *stricto sensu*, constantes do Quadro I, item 23, excluindo-se os processos de executivo fiscal;
- b) 100 (cem) execuções fiscais, constantes do Quadro II-A, item 19, lançadas no Boletim Estatístico sob a denominação execução penalidade administrativa imposta;
- c) 51 (cinquenta e um) processos arquivados provisoriamente, conforme Quadro I, item 24;
- d) 5 (cinco) execuções de contribuições previdenciárias, inseridas no Quadro XII, item 5.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara do mês de agosto de 2010.

Em relação às Varas do Trabalho de mesma movimentação processual no ano de 2009, cuja média de processos em fase de execução foi de 863 (oitocentos e sessenta e três), constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução abaixo da média.

Segundo informações prestadas pela Sra. Diretora, os autos de processos que estão no arquivo provisório aguardam o decurso de prazo de suspensão da execução, em razão do que dispõem os Provimentos 01/2004 e 02/2004, ambos deste Regional.

Deverá a Secretaria da Vara manter controle rigoroso dos processos arquivados



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

provisoriamente, devendo, findo o prazo, fazer conclusão ao(a) MM. Juiz(a) para exame.

**1.12. PROCESSOS RECEBIDOS DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA 45 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** – De acordo com o levantamento realizado nos Quadros II-C dos Boletins Estatísticos, exercício 2009, constatou-se que esta Vara do Trabalho recebeu 9 (nove) ações relativas à nova competência da Justiça do Trabalho.

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** - Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

**2.1. PROCESSOS EM PAUTA** – Na pauta do dia 20/09/2010 havia 25 (vinte e cinco) processos:

- a) rito sumaríssimo:** 10 (dez) processos;
- b) rito ordinário:** 6 (seis) processos;
- c) instrução:** 6 (seis) processos;
- d) tentativa de conciliação na fase de execução:** 3 (três) processos.

Foram examinados os autos dos processos 01252/10, 01255/10, 01257/10, 01249/10, 01248/10, 01247/10, 01226/10, 01225/10, 00667/10 e 00530/10, constantes da pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) autuação: a) numeração das folhas; b) cronologia dos atos; c) documentos grampeados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas; f) encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, parágrafo único, e 171 do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do rito sumaríssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a): sentenças e despachos.

**RESULTADO** - examinados os autos, constatou-se:

- 01252/10: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (25 dias);

- 01255/10: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (25 dias);

- 01257/10: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (25 dias);

- 01249/10: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (26 dias);



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

- 01248/10: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (26 dias);
- 01247/10: processo do rito sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (26 dias).

**2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – Exame dos autos dos processos 90080/10, 90158/10, 90210/10, 90208/10, 90214/10, 90204/10, 90206/10, 90207/10, 90111/10 e 90224/10 quanto: aos registros da tramitação na capa do processo; à regularidade do despacho “cumpra-se”; à expedição dos mandados (Provimento 03/2001/TRT); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias e à regularidade na numeração, conforme artigo 15, § 1º, do Provimento 01/2008 do TRT.

RESULTADO: examinados os autos, constatou-se:

- 90158/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 09 (mais de 20 dias).

**2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS** – Examinaram-se os autos dos processos 00467/10, 00062/10, 01128/09, 01613/09, 00615/09, 01236/09, 01660/09, 00738/08, 01103/09 e 00012/09.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; ao depoimento das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara quando da devolução dos autos.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00467/10 e 01236/09: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);
- 00012/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 280 (mais de 10 dias); cumprimento – f. 285 (mais 5 dias); impulso oficial – f. 290/291 (mais de 50 dias);
- 01103/09: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (19 dias); excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 27 (mais de 10 dias); impulso oficial – f. 43 (mais 30 dias); impulso oficial – f. 54 (mais de 50 dias); despacho – f. 75 (mais de 10 dias);



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

- 01613/09: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (29 dias).

**2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** – Foram examinados os autos dos processos 01046/09, 01430/07, 01340/09, 00336/09, 01736/09, 00168/09, 00746/09, 01190/08, 00910/08 e 01277/10 nos seguintes aspectos: registro de atos processuais relevantes no sistema informatizado (ex: liquidação de sentença, oposição de embargos e data de conclusão dos autos ao Juiz(a) para decisão); cumprimento da sentença ou acordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e CARTÓRIO DE PROTESTO) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) Juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; cumprimento do Provimento 04/2001/TRT.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01046/09: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (16 dias); excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 83 (mais de 40 dias);

- 00168/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 126 (mais de 30 dias);

- 01277/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho da petição inicial – f. 07 (mais de 10 dias).

**2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se existir 125 (cento e vinte e cinco) processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos no conhecimento sem audiência marcada.

Foram examinados os autos do processo 00994/10, 01128/10, 01015/10, 01056/10, 01023/10, 00796/08, 00091/10, 00731/10, 01263/10 e 01145/10 e verificados os itens relativos ao motivo do adiamento; ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H, da CLT, assim como prazos e atos processuais.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01128/10 e 01056/10: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

(artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

- 00731/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (26 dias);

- 01263/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (17 dias).

Recomenda-se à Secretaria que realize um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo-os sob constante vigilância e fazendo-os conclusos ao(a) MM. Juiz(a) a cada trinta dias, ou outro prazo razoável, a critério do(a) Juiz(a).

**2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO** - Examinados os autos dos processos 00570/09, 00391/10, 00395/10, 01161/10, 00768/10, 01107/10, 00575/10, 01197/10 e 00881/10.

Foi inspecionado o cumprimento dos comandos dispostos no artigo 832, §§ 3º e 4º, da CLT, e a existência de documentos grampeados na contracapa do processo (CTPS, TRCT, CD/SD, etc), bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

**2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE CONTRA EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 01 (um) inquérito judicial em tramitação nesta Vara do Trabalho.

RESULTADO: examinados os autos do processo 00746/03, constatou-se que se encontram em ordem.

**2.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 4 (quatro) ações civis públicas em tramitação nesta Vara do Trabalho.

**2.9. AÇÃO COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há ação coletiva em tramitação nesta Vara do Trabalho.

**2.10. PROCESSOS JULGADOS** – Examinados os autos dos processos 01104/10, 00777/10, 00350/10, 00805/10, 00474/10, 00485/10, 01102/10, 01089/10 e 01223/10.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do(a) MM. Juiz(a) (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o(a) MM. Juiz(a), à correta numeração de



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos de rito sumaríssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

**RESULTADO:** o resultado é o que segue, destacadamente:

-01102/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (20 dias);

-01089/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (22 dias);

-01223/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (19 dias).

Recomenda-se ao(a) MM. Juiz(a) que, **na medida do possível**, profira sentenças líquidas nas causas submetidas ao rito sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

**2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS** – Examinados os autos dos processos 01258/05, 01267/09, 00687/10, 01273/10, 01260/09, 01654/08, 00034/09, 00049/09 e 00273/08.

Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do(a) Diretor(a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

**RESULTADO:** os processos encontram-se em ordem.

**2.12. PRECATÓRIOS** – Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, foram expedidos 02 (dois) precatórios no ano em curso (Processos 00786/08 e 00501/06), até a presente data, os quais se encontram no Juízo de Precatórios.

**3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA** – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos da pauta do dia 20/09/2010.

**a) rito sumaríssimo:** 12 (doze) dias;

**b) rito ordinário:** 15 (quinze) dias;

**c) prosseguimento da instrução:** 126 (cento e vinte e seis) dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 20/09/2010, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor apurou a seguinte disponibilidade de pauta:





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

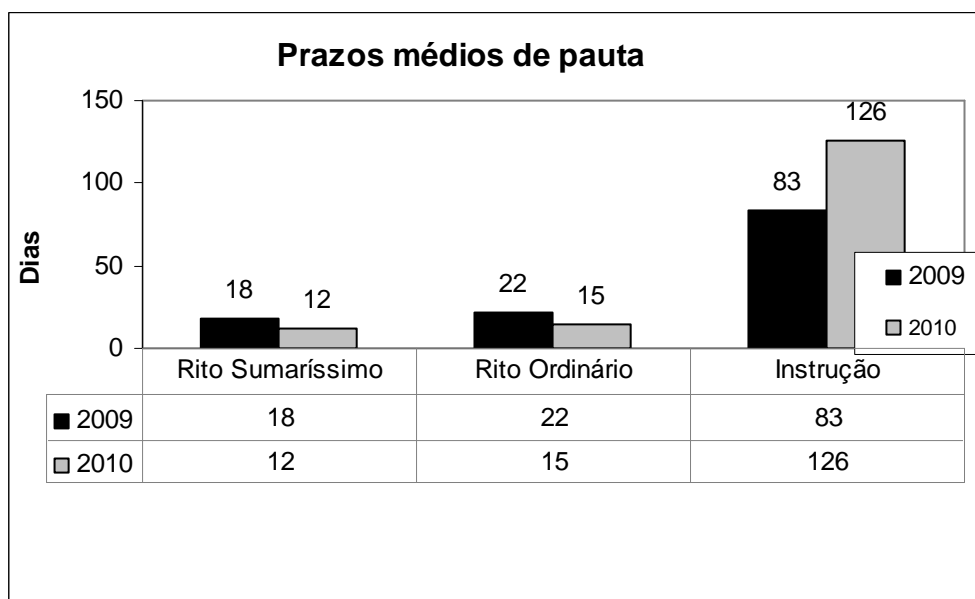
- a) **rito sumaríssimo:** 10 (dez) dias (30/09/2010);
- b) **rito ordinário:** 14 (quatorze) dias (04/10/2010);
- c) **prosseguimento da instrução:** 66 (sessenta e seis) dias (25/11/2010).

**CORREIÇÃO DE 2009:** Na correição realizada em 10/06/2009, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **rito sumaríssimo:** 18 (dezoito) dias;
- b) **rito ordinário:** 22 (vinte e dois) dias;
- c) **prosseguimento da instrução:** 83 (oitenta e três) dias.

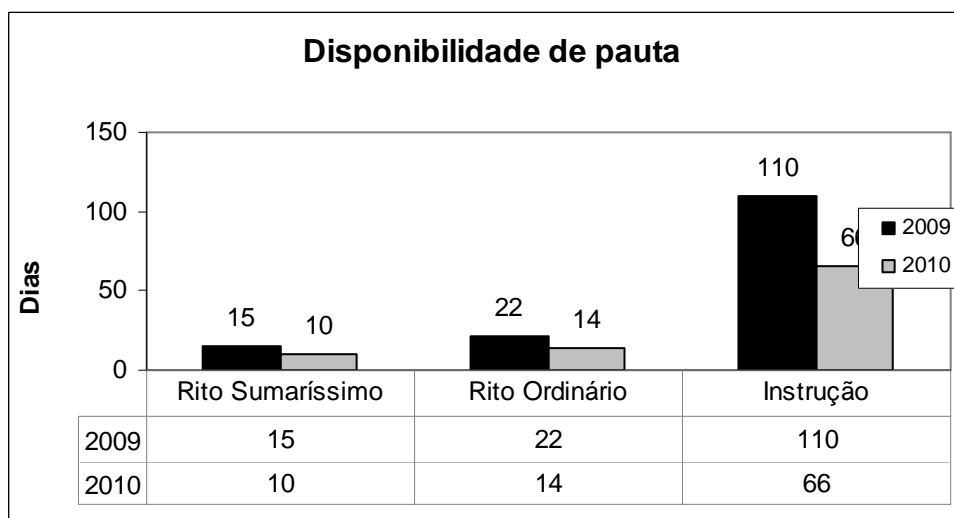
A disponibilidade de pauta foi:

- a) **rito sumaríssimo:** 15 (quinze) dias;
- b) **rito ordinário:** 22 (vinte e dois) dias;
- c) **prosseguimento da instrução:** 110 (cento e dez) dias.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**



No exercício de 2009, apurou-se que, em 225 dias de expediente forense (segunda a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) sentenças de conhecimento:** 581 (quinhentos e oitenta e um), média de 2,58 (dois vírgula cinquenta e oito) por dia;
- b) decisões decorrentes da interposição de embargos de declaração:** 378 (trezentos e setenta e oito), média de 1,68 (um vírgula sessenta e oito) por dia;
- c) decisões na fase de execução:** 180 (cento e oitenta), média de 0,80 (zero vírgula oitenta) por dia;
- d) total:** 1.139 (um mil e cento e trinta e nove) processos conclusos para decisão no período, média total de 5,06 (cinco vírgula zero seis) por dia de expediente forense.

	<b>Ano/2009</b>	<b>Média/dia</b>
<b>Sentenças de conhecimento</b>	581	2,58
<b>Decisões decorrentes da interposição de embargos de declaração</b>	378	1,68
<b>Decisões na fase de execução</b>	180	0,80
<b>Total</b>	1139	5,06

**4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS** – O MM. Juiz desta Vara do Trabalho, em agosto de 2010, com 21 (vinte e um) dias úteis, realizou:

- a) audiências de rito sumaríssimo:** 111 (cento e onze), média de 5,29 (cinco vírgula vinte e nove) por dia;
- b) audiências de procedimento comum:** 80 (oitenta), média de 3,81 (três vírgula oitenta e um) por dia;
- c) audiências de tentativa de conciliação:** 82 (oitenta e dois), média de 3,90 (três vírgula noventa) por dia;
- d) audiências de instrução:** 65 (sessenta e cinco), média de 3,10 (três vírgula dez) por



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

dia;

**e) total de audiências:** 388 (trezentos e oitenta e oito), média de 16,10 (dezesseis vírgula noventa) por dia.

<b>Audiências</b>	<b>Número de Audiências/Mês</b>	<b>Média/dia</b>
<b>Rito sumaríssimo</b>	111	5,29
<b>Procedimento comum</b>	80	3,81
<b>Tentativa de conciliação</b>	82	3,90
<b>Instrução</b>	65	3,10
<b>Total</b>	338	16,10

No mês de agosto de 2010, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, foram proferidas 58 (cinquenta e oito) sentenças de conhecimento, conforme apurado no Quadro III, 28 (vinte e oito) sentenças decorrentes da interposição de embargos de declaração, conforme item 3 do Quadro II-B. Foram conciliados 76 (setenta e seis) processos, conforme verificou-se do Quadro III.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação da Diretora de Secretaria, que nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas de segunda a sexta-feira, a partir das 08h30min e/ou 14h00min. O intervalo entre as audiências é de 10 (dez) minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 (cinco) minutos para as de rito ordinário e de 10 (dez) minutos para as instruções. São realizadas, em média, 13 (treze) audiências por dia, excetuando-se os dias de realização de pauta dupla, quando ocorrem, em média, 24 (vinte e quatro) audiências por dia.

De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, nesta Vara do Trabalho são exarados, em média, 1.000 (mil) despachos por semana.

#### **AUXÍLIO FIXO:**

Há auxílio fixo nesta Vara desde 16/08/2010, conforme Ato da Presidência deste Regional, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 24/06/10, p. 1 e 2.

Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que seja observado o que dispõe o artigo 118-B da Consolidação Geral dos Provimentos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, introduzido pelo Provimento 01/2010.

**5. PRODUÇÃO** - Do total de 2.132 (dois mil, cento e trinta e dois) processos para solução em 2009, 1.750 (um mil, setecentos e cinquenta) foram recebidos no ano de 2009, 366 (trezentos e sessenta e seis) são processos pendentes de 2008 e 16 (dezesseis)



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

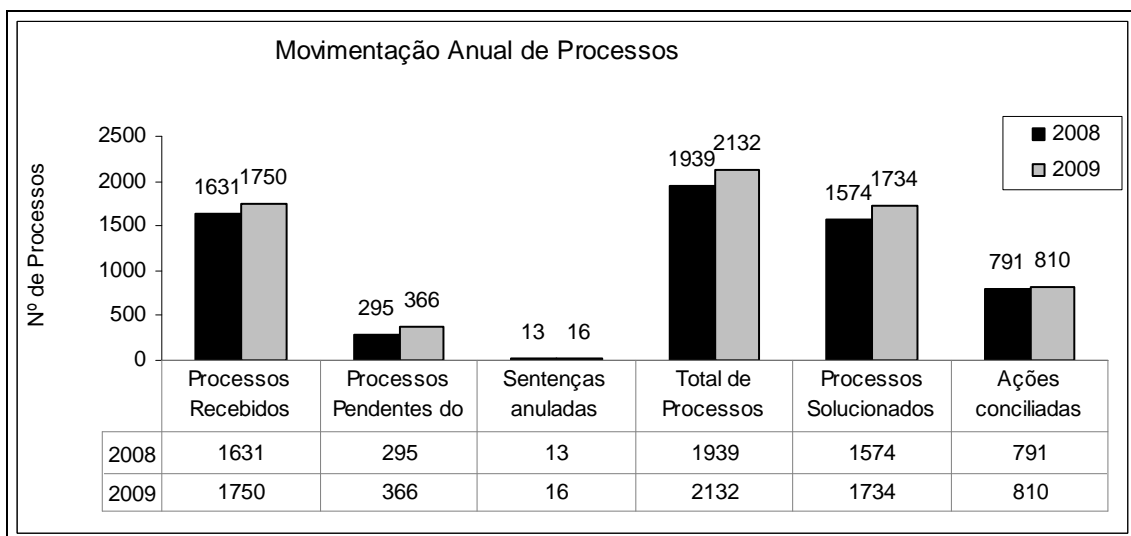
são processos oriundos de sentenças anuladas. A média de processos recebidos por dia útil foi de 7,78 (sete vírgula setenta e oito). No ano de 2009, o MM. Juiz solucionou 1.734 (um mil, setecentos e trinta e quatro) processos, dos quais 810 (oitocentos e dez) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 81,33% (oitenta e um vírgula trinta e três por cento).

Do total de 1.939 (um mil e novecentos e trinta e nove) processos para solução em 2008, 1.631 (um mil, seiscentos e trinta e um) foram recebidos no ano de 2008, 295 (duzentos e noventa e cinco) são processos pendentes de 2007 e 13 (treze) são processos oriundos de sentenças anuladas. No ano de 2008, o MM. Juiz solucionou 1.574 (um mil, quinhentos e setenta e quatro) processos, dos quais 791 (setecentos e noventa e um) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 81,18% (oitenta e um vírgula dezoito por cento).

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 7,30% (sete vírgula trinta por cento) no número de processos recebidos no ano de 2009. Quanto à produção, verificou-se que em 2009 houve um aumento de 0,15% (zero vírgula quinze por cento).

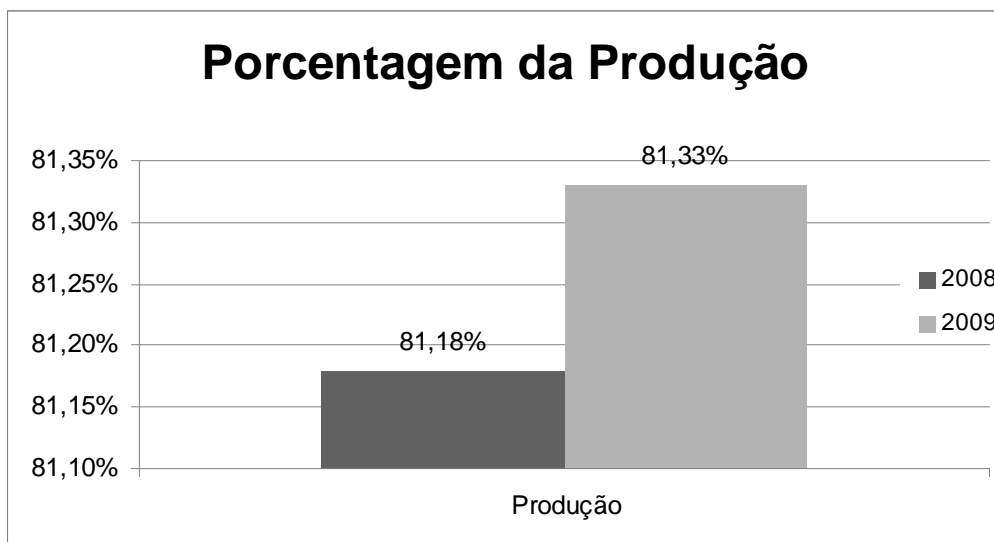
Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

<b>Movimentação Anual de Processos</b>		
	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Processos recebidos	1631	1750
Processos pendentes do ano anterior	295	366
Sentenças anuladas	13	16
<b>Total de processos para solução</b>	<b>1939</b>	<b>2132</b>
Processos Solucionados	1574	1734
Ações conciliadas	791	810
Produção	81,18%	81,33%





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**



**6. ARRECADAÇÃO** - Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho, exercício 2009, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o registro dos seguintes valores:

<b>Contribuição Previdenciária</b>	<b>Imposto de Renda</b>
R\$4.408.421,63	R\$685.971,07

Nas Varas do Trabalho de Belo Horizonte, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$2.469.710,21 e do Imposto de Renda em R\$1.957.597,50. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária acima da média e de imposto de renda abaixo da média.

**7. PORTARIAS** – De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria não há portaria em vigor nesta Vara do Trabalho.

**8. BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD** - Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou que o(a) MM. Juiz(a) emprega o BACENJUD, o INFOJUD, o RENAJUD e o PROTESTO com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Constatou, ainda, que não havia ordens de bloqueio do BACENJUD pendentes nesta Vara do Trabalho.

**9. ATENDIMENTO AO PÚBLICO** – Lastreada em acompanhamento por servidor da Corregedoria e por amostragem, constatou-se que foram atendidas 13 (treze) pessoas no período de 09h15min às 09h45min, no dia 21/09/2010, de forma cordial e com boa



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

qualidade. Verificou-se, também, que não é utilizado o sistema de senhas disponibilizado pelo Tribunal.

**10. DA SECRETARIA** – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou, dentre outros aspectos, a boa qualidade no atendimento às partes e aos advogados, a observância, na grande maioria das vezes, dos prazos processuais e a boa organização da Secretaria.

**11. RECOMENDAÇÕES** –

Recomenda o Desembargador Corregedor que seja(m):

a) cumprida, fielmente, a recomendação do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho CGJT 0002/2010 – TST, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10.6.2010, p. 16/17, dispondo que “os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;

b) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral;

c) observada a recomendação, contida na Ata de Correição Ordinária, realizada, em 13/11/09, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, no sentido de que, em havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo em relação aos processos instruídos e julgados pelo Juiz Titular da Vara;

d) estimulada a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 77, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não obstante a Vara já venha adotando tal procedimento;

e) cumprido o contido na Ata de Correição do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral, recomendando que “após a liquidação da sentença em que se apura crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, haja imediata liberação deste em favor do credor, determinada de ofício ou a requerimento do interessado, condicionada a comprovação do valor efetivamente recebido, em prazo assinado, ordenando-se a seguir o prosseguimento da execução apenas pela diferença”;

f) evitada a utilização do sistema BACENJUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

g) as audiências dos processos sujeitos ao rito sumaríssimo realizadas no prazo máximo



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT, sendo que a Corregedoria controlará, mensalmente, a fiel observância do mencionado prazo, cuja meta está inserida no planejamento estratégico do TRT/3ª Região;

h) realizado pela Secretaria um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo-os sob constante vigilância, fazendo-os conclusos ao MM. Juiz a cada trinta dias, ou outro prazo razoável a critério do Juiz;

i) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

j) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC, evitando que os autos dos processos fiquem paralisados;

k) as determinações constantes dos despachos do Juízo sejam realizadas pela Secretaria no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme preceitua o artigo 190 do CPC;

l) assinadas todas as vias dos autos de arrematação, dos alvarás e das autorizações, abstendo-se de apor o carimbo original assinado.

**12. METAS NACIONAIS PRIORITÁRIAS PARA O ANO DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

A Portaria 18, de 24 de março de 2010, do Exmo. Desembargador Presidente, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, no dia 29 de março de 2010, designou o Desembargador Corregedor para atuar como Gestor das Ações e Metas das Nacionais Prioritárias 1, 2, 3 e 7 do ano de 2010, quais sejam:

Meta Prioritária 1: Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal;

Meta Prioritária 2: Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007;

Meta Prioritária 3: Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009);

Meta Prioritária 7: Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência.

O Sr. Desembargador Corregedor, desde logo, e sem desprezar outras ações específicas que poderá adotar ao longo do ano, comunica ao MM. Juiz Titular e aos demais,



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

auxiliares ou substitutos, que vierem a atuar perante esta Vara, bem como aos servidores, que cada um deles constitui um co-gestor das metas acima discriminadas, exortando-os, desde já, ao indispensável engajamento e comprometimento institucional, corpo e alma, vocação e dedicação, para que o TRT/3ª Região as cumpra integralmente, como ocorreu com as metas do ano de 2009, deixando-nos, todos nós, a Administração, os Desembargadores, os Juízes e os servidores, felizes e realizados pelo cumprimento de nossa missão constitucional.

Para que esse nobre objetivo, bem mais alentado do que o anterior, inspiração elevada do Egrégio CNJ, seja novamente alcançado com pleno êxito, o Sr. Desembargador Corregedor recomenda que o MM. Juiz confeccione um cronograma e informe à Corregedoria Regional, **mensalmente**, via ofício eletrônico, como ele se encontra e quais são as expectativas da Vara a respeito do cumprimento das referidas metas, praticando, dentro de sua esfera de competência, todos os atos necessários ao bom resultado, sugerindo, inclusive, se for o caso, a adoção de medidas que possam contribuir para o fiel e importante atingimento das metas nacionais pelo TRT/3ª Região, que, semelhantemente ao ano anterior, e há décadas e décadas sempre tem se destacado como um dos mais importantes Órgãos do Poder Judiciário do Brasil. O Desembargador Corregedor salientou a importância das metas nacionais do CNJ, e em nome da Administração do TRT, dirigiu um pedido a todos para que mantenham, dia a dia, o foco nelas, dedicando-se intensamente ao seu efetivo cumprimento. Por fim, disse que, apenas com a completa e absoluta dedicação de todos esta “luta” institucional será vencida. Com a participação de todos, a vitória será certa, e continuaremos sendo grandes e respeitados.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor a tramitação dos processos abaixo indicados, ainda em fase de conhecimento e distribuído até 31/12/07:

Processo	Distribuição	Andamento
01292/05	21/09/2005	Sentença anulada
00395/06	27/04/2006	Aguardando julgamento de outra causa
01243/06	22/11/2006	Sentença anulada

Ao exame dos autos acima, constatou-se que, perante a MM. 4ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, não há processos que se enquadrem na Meta Prioritária 2 do CNJ. No entanto, recomenda-se aos MM. Juízes, bem como a Sra. Diretora de Secretaria o acompanhamento mensal do processo 00395/06, procedendo ao julgamento do mencionado feito quando da cessação de sua causa suspensiva (Processo 01363-2004-004-03-00-3).

No tocante às Metas Nacionais Prioritárias 1, 2 e 3 do Conselho Nacional de Justiça, todos os dados do TRT/3ª Região encontram-se no sítio do referido Conselho ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), podendo ser acessado por qualquer cidadão.

### **13. CONTROLE DE GASTOS E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE**





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

No que se refere ao controle de gastos e preservação do meio ambiente, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Corregedor a necessidade de cumprimento das Metas Nacionais Prioritárias 6 e 10 do ano de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária 6: reduzir a pelo menos 2% o consumo per capita com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009);

Meta Prioritária 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.

Atendendo, também, à determinação do Excelentíssimo Desembargador Presidente do TRT/3ª Região, o Desembargador Corregedor, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que a Vara do Trabalho continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT/3ª Região, em atendimento a Recomendação 11 do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio de 2007, instituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental para planejamento e adoção de medidas públicas voltadas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente.

Tendo em vista as medidas adotadas por este Tribunal visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, recomendo: a) realizar anualmente o Dia do Descarte, conforme Portaria 97/2008 do TRT/3ª Região em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, encaminhando o relatório do descarte para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem; c) quando precisar imprimir um documento optar pela utilização da Ecofonte na sua digitação e utilizar, preferencialmente, a impressão em frente e verso. Para informações sobre a configuração da ecofonte e impressão em frente e verso, acessar o site Ambiente Legal; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) manter atualizado o controle de bens permanentes a fim de facilitar o inventário anual, conforme determinado no Ato Regulamentar 07, de 30 de outubro de 2008.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – O Excelentíssimo Desembargador Corregedor estimou que a Secretaria da Vara mantenha e aprimore cada vez mais a boa qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento de sua missão institucional prevista na Constituição da República Federativa do Brasil.

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

da Instituição, cujo seio e interior precisam ser expostos para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

O Desembargador Corregedor, transmitiu e endossou os agradecimentos expressos pelo Excelentíssimo Ministro Gilmar Mendes, no 3º Encontro Nacional do Judiciário, organizado pelo CNJ, pelo engajamento dos Magistrados e dos Servidores, em especial desta Vara do Trabalho, visando ao atingimento de todas as metas prioritárias pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação alguma de advogados ou partes quanto aos serviços prestados por esta Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 18h00min, do dia 21 de setembro de 2010, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, **Lucas Fernandes Viana** \_\_\_\_\_, Diretor da Secretaria da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, observada a recomendação da Comissão de Gestão Ambiental, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Substituto, pela MM. Juíza Auxiliar e pela Diretora de Secretaria que deverá colher a assinatura dos servidores da Secretaria na cópia que ficará sob sua guarda. A equipe da Corregedoria, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Diretor da Secretaria acima nominado, foi composta pelos servidores Álvaro Antônio da Cruz Gomes e Luigi Adriano Pereira de Souza.

Luiz Otávio Linhares Renault  
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

Cácio Oliveira Maciel  
Juiz do Trabalho Substituto

Ana Livia Ribeiro Teixeira Martins  
Juíza do Trabalho Auxiliar

Cristiane Vasconcelos Lavigne  
Diretora de Secretaria

Alessandra Pinho Brito

Carlos Eduardo Mota Correa

Desiree Rocha dos Santos Silva

José Alcides Moreira Gabriel



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

Lucimara dos Santos Cordeiro

Maria Aparecida Ferreira

Mauro Lúcio Pereira Santos

Roberto Rodrigues Rosa

Samuel de Oliveira Pinto Silva

Sandra Alice Correa Huber

Waner Dias Paulo Cruz